EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: POSSIBILIDADES A PARTIR DO PROJETO NÓS PROPOMOS!

Miguel da Silva Neto
UFPI
E-mail: netomiguel73@gmail.com

Francisca Djalma Pereira Rodrigues e Silva
UFPI
E-mail: profrancisca.43@gmail.com

Raimundo Lenilde de Araújo
UFPI
E-mail: raimundolenilde@ufpi.edu.br

Resumo:
O Projeto Nós Propomos! (PNP!), criado pelo Prof. Dr. Sérgio Claudino, entre os anos de 2011 e 2012, no Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, a partir de reflexão sobre os desafios de um planejamento territorial participativo e sobre a renovação da educação geográfica, com o intuito de contribuir para a superação da Geografia Tradicional – ainda muito presente em aulas de Geografia – e para a construção da cidadania, a partir da realização de práticas reais entre a escola básica e o contexto no qual se insere. O objetivo desta pesquisa é estudar as contribuições do PNP! para a formação geográfica cidadã. Discutindo um leque de temas, a Educação Ambiental (EA) insere-se com a possibilidade de realização por meio das aulas de Geografia. Dessa forma, realizar discussões sobre essa relação é essencial. Nessa perspectiva, esta pesquisa buscou apresentar e discutir uma das experiências do PNP! no estado do Piauí. Para tanto, utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e revisão de literatura. A partir das intervenções no estado do Piauí, nota-se êxito no desenvolvimento da atividade, tendo a oportunidade de aprender sobre diferentes aspectos da EA, refletir sobre o seu local de vivência, e construir sua cidadania de forma mais participativa.

Palavras-chave: Educação geográfica; Educação ambiental; Cidadania; Piauí.

Introdução

O PNP! representa uma proposta educativa a ser desenvolvida na escola, cuja origem se deu em Portugal, na cidade de Lisboa, entre os anos de 2011 e 2012, com o objetivo de superar de metodologias consideradas ultrapassadas – embora ainda comuns em aulas de Geografia – e

colaborar para a construção da cidadania, a partir de práticas realizadas na educação básica, por meio de intervenções no espaço de vivência.

Os temas estudados pelo PNP! são diversos, de acordo com a realidade de cada País, cidade, bairro e escola, e decorrem da participação ativa dos alunos. Alguns dos temas são problemas urbanísticos e de infraestrutura; poluição e ambiente; espaço e problemas sociais; direitos da cidadania; cidadania escolar e participação democrática; os quais vão ao encontro de conceitos e conteúdos trabalhados e discutidos em Geografia (SOUTO; CLAUDINO, 2019).

Dado o êxito obtido, logo o PNP! se expandiu para diferentes lugares, para além de Portugal. No Brasil, por exemplo, iniciou-se em 2014, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em seguida, estendeu-se para outros estados brasileiros. No estado do Piauí, o projeto teve início em 2016, a partir da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na cidade de Teresina.

É possível perceber que o PNP! é desenvolvido em diferentes contextos, tendo em vista a flexibilidade metodológica proposta em seu bojo. Então, surgiu o questionamento que move esta pesquisa, à luz do que o projeto propõe e de suas temáticas: como a relação da educação geográfica e da Educação Ambiental (EA) pode contribuir na construção de uma cidadania participativa?

Nesse sentido, articulado ao problema, esta pesquisa tem por finalidade apresentar e discutir uma das experiências do PNP! no estado do Piauí, no tocante à EA, sobretudo quando se trata da formação geográfica para a cidadania, que é uma das características do projeto.

A fim de alcançar o que se propôs, partiu-se de pesquisa bibliográfica, mediante a consulta em artigos, livros e periódicos que discutem os aspectos abordados neste texto, fundamentado nos estudos de autores como Callai (2014), Cavalcanti (2012), Claudino (2014, 2019). Intentando estudar a EA, são construídas discussões por meio do Programa Nacional de Educação Ambiental e da Lei nº 9.795. Também foram realizados trabalhos de campo na perspectiva do faseamento metodológico do PNP!

Dessa forma, este texto traz dois momentos: o primeiro trata da revisão de literatura dos temas abordados, para que sejam compreendidos alguns conceitos e pontuadas algumas discussões necessárias; o segundo momento revela os resultados e as discussões da pesquisa,

evidenciando os achados atinentes à experiência relatada, para tal serão apresentados elementos como imagens e mapas, com vistas a contextualizar o lugar onde a atividade foi realizada.

Caracterização do PNP!**e os contributos da educação geográfica e EA**

O PNP! é organizado e difundido por meio do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL). Preocupado com os desafios de um planejamento territorial participativo, assim como da própria renovação da educação geográfica, lança, nos anos 2011 e 2012, o *Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica*, coordenado pelo Professor Dr. Sérgio Claudino (CLAUDINO, 2014).

Partindo do pressuposto de que essa iniciativa parte de uma perspectiva de cidadania, Callai (2001, p. 136) menciona que "a educação para a cidadania é um desafio para o ensino, e a Geografia é uma das disciplinas fundamentais para tanto". Diante disso, reputa-se necessário que os conteúdos das aulas de Geografia sejam trabalhados de forma que o aluno construa a sua cidadania de forma mais participativa e real.

Na medida do possível, e vislumbrando o contexto de cada escola, procura valorizar a construção e o desenvolvimento de parcerias educativas entre professores e alunos, por meio de um processo de interação que deve resultar em uma intervenção direta no espaço educativo ou fora dele. À vista disso, a experiência positiva do PNP! em Portugal levou seu criador a buscar parcerias para o desenvolvimento do projeto em outros países.

O projeto caracteriza-se por incorporar no contexto da escola a competência social e cidadã, promovendo experiências que facultam uma atuação cidadã, ao propor temáticas que despertam o interesse dos alunos, com a possibilidade de realizarem as experiências de maneira coletiva e, ao mesmo tempo, de modo que identifiquem seus achados e possam apresentar suas descobertas e soluções à comunidade acadêmica (SOUTO; CLAUDINO, 2019).

A escola possui papel fundamental na formação cidadã. Embora essa ideia seja evidente, é necessário delimitar significados mais concretos ao conceito de cidadania, até porque, de acordo com Cavalcanti (2012, p. 46), "formar cidadão é um projeto que tem como centro a

participação política e coletiva das pessoas nos destinos da sociedade e da cidade", ou seja, a participação ativa nas decisões e no pensamento, em relação ao espaço de vivência, é essencial para a concretude da cidadania, bem como de sua prática.

Nesse sentido, o projeto possui cunho mais prático, avançando para além das discussões das problemáticas do lugar, buscando formas de solucioná-los. Portanto, em consonância com Claudino (2014, p. 5), "[...] o Projeto tem por finalidades contribuir para a inovação na educação geográfica decididamente apostada na construção da cidadania territorial. Preferimos o conceito de cidadania territorial [...]". Então, trata-se da busca por uma educação geográfica mais ativa e participativa, trabalhando a questão da cidadania mediante a abordagem de valorização do pertencimento ao lugar em que se vive.

Outro ponto de destaque do projeto é o diálogo, isto é, valorizar as vivências dos alunos. E para que isso aconteça em sala de aula, segundo Claudino (2014, p. 6), "os alunos são sensibilizados para a reflexão em torno dos problemas locais e do seu papel na resolução dos mesmos, constituindo um inquérito individual, frequentemente, um instrumento promotor desta reflexão".

Destarte, existe uma metodologia para a organização das atividades: os alunos subdividem-se em grupos de discussão onde refletem de forma coletiva acerca de problemáticas existentes em seu lugar – a exemplo de aspectos ambientais – e buscam levantar questionamentos sobre eles. Logo, simultaneamente, buscam formas para sanar ou atenuar tais problemáticas, tornando-se necessário, nesse ensejo, valorizar o contexto ao qual o projeto se aplica.

A Geografia, enquanto ciência social, estuda o espaço construído pelo homem, a partir de suas relações entre si e com a natureza. Em outros termos, as questões da sociedade são capazes de formar o aluno para que ele exerça, de fato, a sua cidadania. Como disciplina escolar, ela contribui de forma significativa, pois é uma ciência interdisciplinar capaz de abordar diferentes perspectivas para alcançar a construção da cidadania (CALLAI, 2001).

Entendido o PNP!, considera-se necessário selecionar uma de suas frentes de atuação, em face das diversas temáticas dentro do âmbito da educação geográfica – sobretudo quando se trata da construção da cidadania territorial, que é um de seus pilares conceituais. Isso posto,

a EA é aqui apresentada como uma perspectiva de desenvolvimento da educação geográfica para a cidadania.

A EA, entre outras características, compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, atuando desde a perspectiva individual até o trabalho coletivo (BRASIL, 1999).

Em 1981, foi criada, no Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que recomendou que a EA acontecesse em todos os níveis da educação, com o intuito de capacitar para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Por sua vez, a Lei Federal 9.795, de 27 de abril de 1999, no capítulo I, Art. 1º, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com a orientação de que a EA compreendesse os processos por meio dos quais o indivíduo e o coletivo constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, entre outros pontos (BRASIL, 2003).

Tendo em vista a criação do PNEA, concebe-se a necessidade de compreender como a EA apareceu em nível local, ou seja, notar como essa questão é pensada. Nesse sentido, a Lei Municipal nº 2.475, de 4 de julho de 1996, apresentou a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade em relação às questões ambientais, a integração com a Política de Meio Ambiente Federal e Estadual e a EA na escola, em todos os níveis e modalidades de ensino, no contexto do estado do Piauí e da capital, Teresina (PMT, 1996).

Diante dessa realidade, a EA tem o papel de provocar e promover a integração do indivíduo com o meio ambiente, conscientizando a sociedade com a promoção de atividades que valorizem atitudes que preservem a natureza, devendo, para tanto, destacar a sua interdisciplinaridade, voltada para a resolução das problemáticas ambientais locais (SILVA, 2019).

Por cúmulo, a EA é fundamental para integrar indivíduo e meio, daí a necessáidade de compreender como ela pode ser estruturada. Na acepção de Leonardi (1997), ela organiza-se em três tipos, a saber: formal, não-formal e informal.

Devido à pandemia, o curso de extensão ocorreu na modalidade não-formal, que acontece em variados espaços da vida social, e apesar de ser menos desenvolvida, também apresenta objetivos, metodologias e periodicidades definidas. Nessa lógica, a atividade foi desenvolvida em uma associação de moradores.

Em face do exposto, nota-se a aproximação entre as preocupações da EA e as propostas do PNP! (educação geográfica para a cidadania). Por esse ângulo, tecer discussões e realizar atividades que tratem de suas preocupações se fazem meritórias para a sociedade contemporânea.

Educação ambiental pelo PNP!: discussões a partir de uma experiência no estado do Piauí, Brasil

O PNP! é marcado pela proposta de intervenção no espaço geográfico, por meio de iniciativas capazes de fomentar e favorecer a formação para a cidadania, a partir da investigação de problemáticas do dia a dia, de modo que os educandos possam propor soluções de melhorias para a realidade vivida.

Nessa direção, seu potencial perpassa o ambiente escolar formal. Tal afirmação se materializa diante da experiência vivenciada em espaços não formais de ensino, como no caso do curso de extensão *Projeto Nós Propomos! Piauí - Cidadania e Inovação na Educação Geográfica: pequenos grandes cidadãos* – uma parceria entre UFPI e a Associação de Moradores do Parque Rodoviário (Bairro Catarina), com o objetivo geral de informar os participantes sobre os aspectos da EA e cidadania.

O bairro Catarina localiza-se na zona sul de Teresina, ocupando uma área de 1,95 km², e compreende a área do seguinte perímetro: partindo do encontro da Rua Quinze de Novembro com a Avenida Getúlio Vargas-BR-343, segue por esta até o eixo do Rio Poti; pelo rio, segue até o alinhamento e pela própria Rua Colombo (Rua 14, no Loteamento Parque Cristiane); prossegue por esta até a Rua Alberto Leal Nunes e, depois, até a Rua Gonçalves Dias; rumo norte, atinge a Rua Cícero Soares; por esta, alcança a Rua Quinze de Novembro (PMT, 2018). A espacialização comentada pode ser observada a partir da Figura 1.

Figura 1 – Localização do Parque Rodoviário (Bairro Catarina), Teresina-PI

Fonte: organizado pelos autores, com base em Google (2022).

Como mostra a ilustração, o bairro localiza-se em uma área que apresenta potenciais riscos de desastres naturais. Logo, a escolha de realizar uma atividade extensiva sobre EA se mostrou uma oportunidade de conscientização e prevenção dos riscos e, consequentemente, uma oportunidade de construir e discutir aspectos da cidadania com 22 (vinte e dois) jovens do bairro.

Outro fator que justifica a escolha desse recorte espacial se dá pelo fato de que no dia 4 de abril de 2019, o Parque Rodoviário (Bairro Catarina) vivenciou as consequências causadas pelo alto volume de chuvas daquele ano, ocorrendo um evento atípico, qual seja o transbordamento de uma lagoa (situada em um clube desativado no mesmo bairro) e o rompimento de um bueiro, que acarretou perdas materiais e de vida humana.

Para a realização do curso, inicialmente, propôs-se um estudo de campo, já que essa é um etapa essencial no faseamento do PNP! com os jovens, no local do incidente, onde se observaram os rastros do rompimento da lagoa (ainda visíveis), além do descarte irregular do lixo. Tais observações empíricas deram o pontapé para a discussão e adaptação dos temas que seriam discutidos posteriormente.

A partir da observação empírica e do diálogo durante o primeiro trabalho de campo, os jovens comentaram suas experiências sobre o incidente ocorrido no bairro, e levantaram as problemáticas socioambientais pelas quais o local passa. Na ocasião, foram citados aspectos como a ausência de serviços relacionados à saúde, cultura e moradia.

O primeiro encontro ocorreu na Associação de Moradores do bairro e, em seguida, realizou-se uma atividade prática com o grupo, sendo feitos registros fotográficos, observação e discussões prévias. Além disso, foi questionado aos integrantes: *Para você, o que é Educação Ambiental?* Como respostas, obtiveramve-se: "Reciclagem"; "Cuidar do meio ambiente"; "Não poluir os lugares" etc. Também foi solicitado que cada um respondesse ao seguinte questionamento: Na sua opinião, o que é a cidadania? Nesse sentido, os participantes apresentaram a palavra *Política* na maioria das respostas.

Essa metodologia foi imprescindível para o direcionamento do curso, pois se levou em consideração o conhecimento e a vivência de cada participante, tendo em vista que essa estratégia é um dos pontos abordados pelo PNP!, pois o aluno parte do conhecimento empírico que tem de seu local para a reflexão da problemática nele existente, e então, propõe alternativas para a melhoria da qualidade ambiental. Nesse processo, desenvolve conhecimentos necessários para a construção de sua própria cidadania.

No decorrer do curso, os participantes também relataram que a Associação de Moradores atua para a mudança do descarte irregular de resíduos sólidos, com a instalação de lixeiras em pontos centrais da comunidade. Porém, os moradores não possuem a devida consciência ambiental, ignorando a iniciativa e descartando o lixo em local inadequado.

Nas 30 horas definidas para a realização do curso, realizaram-se: estudo de campo; exposição de conteúdos; discussões sobre problemáticas locais; debates; entre outras ações. Tais etapas foram desenvolvidas a partir de discussões sobre o significado científico da EA e sobre a definição que cada jovem trazia consigo. Logo, construiu-se uma discussão desde a legislação até o cotidiano.

Discutiu-se, ainda, a temática do consumismo e do meio ambiente, de modo que os jovens incorporaram o poder das redes sociais para a conscientização ou não dos cuidados sobre o consumismo exacerbado e os possíveis danos ao meio ambiente, além de riscos e cuidados

em situações de desastres naturais. Algumas das temáticas foram incorporadas ao planejamento devido à sugestão dos jovens e pelo fato de despertarem o interesse desses sujeitos.

Ao longo do desenvolvimento dos encontros, a equipe ministrante assumia a posição de mediadora das falas e dos debates, já que a prioridade era a promoção do encontro e conflito de ideias trazidos da vivência de cada participante – esse movimento aguça o senso de criticidade e a participação deles.

Ao término do curso, em diálogo com os participantes, foi pensada e desenvolvida uma oficina de reciclagem (Figura 3), onde cada um deles aproveitaria materiais que seriam descartados – sendo o material selecionado a garrafa pet.

Figura 3 – Oficina de reciclagem realizada durante o curso de extensão, em 2021

Fonte: arquivo pessoal dos autores (2022).

Na oficina, foram desenvolvidos dois produtos que poderiam ser utilizados na residência de cada participante: o *porta-treco*, que é um recipiente feito de garrafa pet e decorado a partir de tecidos e botões doados pelas costureiras do bairro; e vasos criados a partir do reaproveitamento de garrafas plásticas e barbante (as garrafas foram decoradas com tinta) – esses vasos foram pensados para uso de forma suspensa e para a utilização em hortas ou em plantas de pequeno porte.

Destaca-se que a sugestão de criação desses materiais partiu dos próprios participantes, uma vez que na percepção deles, seriam produtos que eles poderiam utilizar em suas residências, e pelo fato de a garrafa plástica ser um item que era descartado de maneira irregular no bairro e nas residências.

Após a realização desse momento, cumpriu-se o último encontro do curso de extensão, quando da culminância da atividade, em um momento de confraternização. Por fim, promoveu-se um diálogo avaliativo sobre as percepções, sugestões e críticas, tanto da equipe qaunto dos participantes.

Na ocasião, os participantes relataram a importância do desenvolvimento de cursos e palestras no bairro e, com isso, indicaram a necessidade de a equipe estar sempre presente e colaborando com as ações; relataram que o curso deveria ter um tempo maior – porém, justifica-se sua curta duração em face do contexto pandêmico. Nesse cenário, a experiência foi a retomada do Projeto em Teresina, com bastante êxito e, diante de tantos desafios, abrindo margem para a continuidade dos trabalhos no Parque Rodoviário e em outros locais.

Considerações finais

Após o ocorrido no bairro Parque Rodoviário (Catarina), após pouco mais de três anos, as famílias ainda não foram totalmente ressarcidas e assistidas pelas políticas públicas. Diante da não assistência plena e das adversidades naturais, emergiu um campo a ser explorado: o de informação e conscientização da população.

Nesse contexto, a partir das problemáticas ambientais já testemunhadas no bairro, foram pensadas atividades que contribuíssem para a construção do conhecimento relacionado ao cuidado com o meio ambiente. Nessa perspectiva, o PNP! representa uma possibilidade viável para a realização desse processo formativo.

Deveras, o faseamento metodológico do projeto constituiu um elemento essencial para o êxito que o curso de extensão obteve, uma vez que a partir do empírico, das discussões e das vivências dos participantes, foi possível realizar o processo de sensibilização com as temáticas ambientais, contribuindo com o processo de construção e formação cidadã.

A proposição da construção de materiais a partir da oficina de reciclagem demonstrou que os alunos compreenderam a necessidade de cuidar do meio ambiente em uma das frentes, que é a reutilização de materiais. Esse movimento foi ao encontro das sugestões de resolução dos problemas – que faz parte do projeto e é essencial para uma atuação cidadã ativa.

Com efeito, o desenvolvimento de atividades no bairro requer continuidade, seja pela Geografia ou por outras ciências, já que não somente essa comunidade, como outras, são carentes de assistência em diferentes aspectos. Nessa perspectiva, o PNP! Piauí está em constante contato com os representantes do bairro, a fim de continuar desenvolvendo trabalhos que beneficiem, de alguma forma, o lugar e seus moradores.

Referências

BRASIL, **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA**. Brasília, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

CALLAI, Helena Copetti; MORAES, Maristela Maria de. Educar para a formação cidadã na escola. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, n. 494 (02), 2014. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/issue/view/1288. Acesso em: 21 out. 2021.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/issue/archive?issuesPage=2#issues. Acesso em: 21 out. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus:, 2012.

CLAUDINO, Sérgio. Escola, educação geográfica e cidadania territorial. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, n. 494(09), 2014. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/issue/view/1288. Acesso em: 12 out. 2021.

PMT. PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Lei nº 2.475 de 4 de julho de 1996 - Política de Meio Ambiente**. DOM nº 544 de 12/07/96. Disponível em: https://ecozone.files.wordpress.com/2014/07/lei-municipal-2475-polc3adtica-de-meio ambiente.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

PMT. PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Teresina, perfil dos bairros, SDU Sul, bairro Catarina**. 2018. Disponível em: http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/08/CATARINA-2018.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da. **Currículo do Piauí**: um marco para a educação do nosso estado. Teresina: SEDUC, 2019. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/diretrizes/7-caderno_curriculo_do_pi_introducao2019.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

SOUTO, Xosé Manuel; CLAUDINO, Sérgio. Construímos uma educação geográfica para a cidadania participativa: o caso do Projeto Nós Propomos! **Signos Geográficos**, Goiânia, GO, v.1, p. 1-16, 2019. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/signos/issue/view/2108. Acesso em: 21 set. 2021.

Agradecimentos

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES/MEC), pelo apoio à pesquisa.